

São Paulo, 28 de março de 2025.

Ao
BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA RP FINANCEIRA S/A.- SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – DATA BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Prezados senhores:

A RP Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. apresenta as Demonstrações Contábeis Individuais para a data-base 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de cumprir as exigências da Resolução BACEN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2 e Instrução Normativa BCB nº 236.

Os documentos contidos nesse arquivo são: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas, Relatório da Auditoria Independente e Relatório da Administração, além desta Carta de Apresentação.

A Administração é responsável por estas Demonstrações Contábeis, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e, apresentadas de acordo com a referida estrutura de relatório financeiro, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

Gustavo Javier Victorica

BB1D477DCCBD464...

Gustavo Javier Victorica
Diretor sem Designação Específica

DocuSigned by:

Fabio Jun Shibuya

0CC6BE29677D43E...

Fabio Jun Shibuya
Diretor sem Designação Específica

DocuSigned by:

Claudio Fernandes Sales

85AB50027E2A45F...

Claudio Fernandes Sales
Contador CRC SP-340061/O-2

***RP Financeira S.A. -
Sociedade de Crédito,
Financiamento e
Investimento
(Anteriormente
denominada RP Sociedade
de Crédito Direto S.A.)***

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

Índice

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2024

Senhores acionistas:

A Administração RP Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. (“RP SCFI” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

A RP SCFI foi constituída em 20 de outubro de 2020 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021. A RP SCFI tem por objeto social a prática de operações de todas as operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira autorizada pelo Banco Central do Brasil, de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, em especial, a realização de operações de crédito e financiamento de bens e serviços, além de investimentos a pessoas físicas ou jurídicas e para financiamento de capital de giro a pessoas jurídicas.

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para atuar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI). Anteriormente, em 15 de outubro de 2021, a RP SCD SCFI havia recebido autorização para funcionar como sociedade de crédito direto (SCD), de acordo com a decisão do Banco Central do Brasil de 08 de outubro de 2021, e publicada no Diário Oficial em 15 de outubro de 2021. Desta forma, em decorrência desta nova autorização, a Companhia dá continuidade à adoção dos procedimentos previstos para instituições regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), inclusive no que diz respeito à elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

Patrimônio líquido e resultado

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 26.4 milhões (R\$ 3.1 milhões em dezembro de 2023). O resultado apresentado em dezembro de 2024 foi lucro de R\$ 4.06 milhões (prejuízo de R\$ 324 mil em dezembro de 2023).

Ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 72.6 milhões (R\$ 3.6 milhões em dezembro de 2023) e total de passivo no montante de R\$ 46.1 milhões (R\$ 443 mil em dezembro de 2023).

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Diretor sem designação específica
Gustavo Javier Victorica

Contador
Claudio Fernandes Sales
CRC SP-340061/O-2



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
RP Financeira S.A. - Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento
(Anteriormente denominada RP Sociedade de
Crédito Direto S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RP Sociedade de Crédito Direto S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.) ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa n. 14 às demonstrações contábeis, que descreve que a companhia mantém saldos e operações financeiras em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RP Financeira S.A. - Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	720	557
Disponibilidades		720	557
Instrumentos financeiros		63.696	2.198
Operações de crédito	5	74.217	6.594
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6	(10.521)	(4.745)
Outros ativos financeiros	7	-	349
Ativos fiscais	8	2.794	-
Impostos e contribuições a compensar		357	-
Ativos fiscais diferidos		2.437	-
Outros ativos	9	5.443	609
Despesas antecipadas		387	-
Valores a receber de sociedade ligadas	14	5.056	204
Devedores diversos no país		-	405
Imobilizado de uso		-	196
Imobilizado em estoque		-	196
Total do Ativo		72.653	3.560
Passivo		31/12/2024	31/12/2023
Depósitos e Instrumentos financeiros		42.026	-
Depósitos	12	42.026	-
Obrigações fiscais	8c	312	78
Impostos e contribuições a recolher		312	78
Outras obrigações	10	3.774	365
Provisão para pagamentos a efetuar		76	207
Valores a pagar a sociedades ligadas	14	3.063	158
Outras Obrigações		635	-
Total do Passivo		46.112	443
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	24.501	4.501
Reservas de lucros		2.040	-
Reserva Legal		134	-
Reserva para expansão		1.906	-
Prejuízos acumulados		-	(1.384)
Total do Patrimônio Líquido		26.541	3.117
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		72.653	3.560

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Semestre e Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira	16	10.000	16.070	7.706
Receita de operações de crédito		9.816	15.886	7.706
Resultado de títulos e valores mobiliários		98	98	-
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		86	86	-
Despesas da intermediação financeira		(157)	(157)	-
Despesas de captação		(157)	(157)	-
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas		9.843	15.913	7.706
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(5.332)	(9.576)	(4.530)
Resultado da intermediação financeira		4.511	6.337	3.176
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.862)	(2.863)	(2.094)
Rendas por prestação de serviços		-	9	-
Rendas por tarifas bancárias		359	495	185
Despesas de pessoal	17	(322)	(668)	(1.501)
Despesas administrativas	18	(454)	(675)	(414)
Despesas tributárias	19	(496)	(760)	(376)
Outras receitas operacionais		491	512	20
Outras despesas operacionais	20	(1.440)	(1.776)	(8)
Resultado operacional		2.649	3.474	1.082
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.649	3.474	1.082
Imposto de renda e contribuição social	8d	(1.403)	(1.852)	(1.406)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		883	2.437	-
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercícios		2.079	4.059	(324)
Número de Ações Integralizadas		3.499	5.540	2.625
Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social - R\$		0,57	0,71	(0,12)

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre e Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercícios	2.079	4.059	(324)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercícios	2.079	4.059	(324)

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre e Exercícios findos em 31 dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Lucros /(Prejuízos) acumulados	Total
		Integralizado e Subscrito	A integralizar	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.501				(1.060)	3.441
Aumento de capital		6.000	(6.000)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(324)	(324)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.501	(6.000)	-	-	(1.384)	3.117
Aumento de capital		20.000	-	-	-	-	20.000
Aumento de capital – em aprovação		(6.000)	6.000	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	4.059	4.059
Reserva legal	13a	-	-	134	-	(134)	-
Distribuição de dividendos	13b	-	-	-	-	(635)	(635)
Reserva para expansão	13c	-	-	-	1.906	(1.906)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		24.501	-	134	1.906	-	26.541
Saldos em 30 de junho de 2024		10.501	-	-	-	596	11.097
Aumento de capital		14.000	-	-	-	-	14.000
Lucro do semestre		-	-	-	-	2.079	2.079
Reserva legal	13a	-	-	134	-	(134)	-
Distribuição de dividendos	13b	-	-	-	-	(635)	(635)
Reserva para expansão	13c	-	-	-	1.906	(1.906)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		24.501	-	134	1.906	-	26.541

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres e Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/ exercício		2.079	4.059	(324)
Ajustes ao resultado		6.114	9.870	4.530
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		5.332	9.576	4.530
Captações		150	150	-
Provisão para pagamentos a efetuar		(46)	131	-
Ativos e obrigações fiscais		2.011	2.437	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(833)	(2.437)	-
Depreciação		-	13	-
Variações nos Ativos e Passivos		(24.714)	(33.949)	(5.622)
(Aumento) Redução - Operações de crédito	5	(65.211)	(71.423)	(5.622)
(Aumento) Redução - Outros ativos financeiros	7	718	349	367
(Aumento) Redução - Outros ativos	9	(4.752)	(4.834)	(554)
(Aumento) Redução - Ativos fiscais		(733)	(733)	1.413
(Redução) Aumento - Depósitos	11	41.876	41.876	-
(Redução) Aumento - Obrigações fiscais	10	119	234	72
(Redução) Aumento - Outros passivos financeiros		2.643	2.643	108
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(1.604)	(2.061)	(1.406)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(18.021)	(20.020)	(1.416)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aquisição) Alienação de imobilizado		-	183	(196)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital		14.000	20.000	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		14.000	20.000	-
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa		(4.021)	163	(1.612)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		4.741	557	2.169
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		720	720	557
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa		(4.021)	163	(1.612)

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

A RP Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“RP SCFI” ou “Companhia”) foi constituída em 20 de outubro de 2020 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021, na forma de sociedade por ações, de capital fechado (“?”), domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 5º andar, Sala/Conjunto nº 1-106, parte, Espaço de Escritório WeWork nº 1-106, Itaim Bibi, CEP 04538-133.

A RP Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI) tem como natureza de negócio a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira autorizada pelo Banco Central do Brasil, de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, em especial, a realização de operações de crédito e financiamento de bens e serviços, além de investimentos a pessoas físicas ou jurídicas e para financiamento de capital de giro a pessoas jurídicas.

Em 18 de outubro de 2024, a Companhia obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para atuar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI). Anteriormente, em 15 de outubro de 2021, a RP SCFI havia recebido autorização para operar como Sociedade de Crédito Direto (SCD), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desde a autorização como SCD, a Companhia já adotava os procedimentos regulamentares aplicáveis às instituições supervisionadas pelo BACEN, incluindo os padrões de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis, os quais foram mantidos e ampliados com a nova autorização para operar como SCFI.

A RP SCFI é integrante do Conglomerado Prudencial RecargaPay IP (“Conglomerado”), em conjunto com o RecargaPay I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada e RecargaPay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empréstimos I, sendo sua controladora RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda. Líder do conglomerado.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 1.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo BACEN.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da RP SCFI evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Na elaboração das demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, foi considerado o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 02/2020 do BACEN, as quais estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, e conforme opção prevista no artigo 23º da Resolução BCB nº 02/2020, a RP SCFI optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria em 27 de março de 2025.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a sua moeda de apresentação.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

Em 31 de dezembro de 2024 a RP SCFI tem como item significativo sujeito a aplicação de estimativa e premissas a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3. Principais políticas contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, tanto as receitas como as despesas são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001 do BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias:

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d) Operação de crédito e Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

A carteira de crédito é demonstrada pelo seu valor presente, considerando as taxas de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as operações de crédito estão classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração as perdas incorridas observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda). Ainda em cumprimento ao artigo 5º da Resolução CMN nº 2.682/99 e refletindo as operações de crédito individuais da companhia que não ultrapassam o valor de R\$ 50.000, o rating de incurabilidade inicia em nível em A.

Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução CMN nº 2.682/99, a RP SCFI constitui também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia interna de avaliação e monitoramento de risco de crédito, considerando bases históricas de pagamentos e perfis dos usuários, periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

A operação classificada como de risco nível H, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, é transferida para prejuízo, com controle em conta de compensação, com o correspondente débito em provisão. A operação classificada em prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança, de acordo com o artigo 7º da Resolução CMN nº 2.682/99. Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, a operação objeto de renegociação é mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuízo é classificada como de risco nível H. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação é apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento. Considera-se renegociação, a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

e) Ativos e obrigações fiscais

Com base na Solução de Consulta COSIT nº 50, de 22 de março de 2024, emitida pela Receita Federal do Brasil, a companhia não se enquadrava no rol taxativo previsto no art. 14, inciso II, da Lei nº 9.718, de 1998. Até o dia 17 de outubro de 2024, a companhia manteve essa condição e apresentou suas demonstrações contábeis considerando a alíquota de 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicável às pessoas jurídicas em geral. Dessa forma, não se aplicava à companhia a alíquota de 15% destinada às instituições financeiras mencionadas.

No entanto, a partir de 18 de outubro de 2024, a companhia obteve licença para operar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI). Por esse motivo, passou a considerar a alíquota de 15% de CSLL, em conformidade com a regulamentação aplicável às instituições financeiras.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tanto correntes quanto diferidos, são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. As alíquotas aplicáveis são:

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- IRPJ: 15%, acrescido de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil anuais;
- CSLL: 15% sobre o lucro tributável.
Adicionalmente, o cálculo considera a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício, conforme a legislação vigente.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. Impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros.

Os ativos fiscais diferidos tratam-se de diferenças temporárias no registradas nos livros fiscais da companhia.

f) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso era composto por estoque de maquininhas de cartão multicredenciadoras (equipamentos), adquiridas em dezembro de 2023, para locação aos usuários da RecargaPay, a fim de que estes sejam credenciados ao sistema de pagamentos, possibilitando o recebimento de suas vendas por meio do pagamento com cartões bandeirados

Foram mensurados pelo seu custo histórico e são deduzidos das respectivas depreciações acumuladas e perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável (“impairment”). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, que eram de 5 anos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação serão revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas será contabilizado prospectivamente.

Em conformidade ao Comunicado nº 41.321/2024 do BACEN, que estabelece diretrizes sobre o escopo de atividades autorizadas por Sociedades de Crédito Direto (SCDs), a Companhia decidiu transferir as operações de MPOS para a RecargaPay Instituição de Pagamentos, que já opera como Subadquirente.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas, passivas e das provisões são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. A Companhia não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa; e
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, é uma obrigação possível, que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade ou uma obrigação presente que resulte de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: não é provável de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a operação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

h) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas respectivas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.693/2018 e 4.818/2020.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Depósitos

Os depósitos a prazo, bem como os recursos provenientes de aceites e emissões de títulos, são registrados com base em seus valores iniciais, acrescidos dos juros e encargos financeiros acumulados até a data do balanço. Esses acréscimos são calculados de forma proporcional ao tempo decorrido ("pro rata temporis"), garantindo a correta apropriação dos valores ao período contábil correspondente.

j) Lucro (Prejuízo) por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

k) Outros ativos e Outras obrigações

São classificados os ativos e passivos com saldos transitórios, liquidados nos próximos dias úteis ao fechamento do período ou reclassificados para o adequado grupo contábil, observada a regulamentação específica.

l) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é definido como o preço pelo qual um ativo seria vendido ou um passivo transferido em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. Dividimos em 3 níveis a hierarquia de valor justo conforme segue:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Baseado em dados observáveis de mercado, como preços de ativos ou passivos similares ou mercados menos ativos.

Nível 3: Baseado em técnicas de avaliação com premissas significativas não observáveis, como modelos de precificação e fluxo de caixa descontado.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Quando não é possível obter o valor justo de ativos e passivos financeiros diretamente em um mercado ativo, ele é estimado por meio de técnicas de avaliação, como o método do fluxo de caixa descontado. Sempre que viável, esses cálculos são baseados em dados de mercado. No entanto, quando essas informações não estão disponíveis, é necessário aplicar julgamento na definição do valor justo. Esse processo envolve a análise de variáveis como taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nesses fatores podem impactar o valor justo dos instrumentos financeiros apresentados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades	720	557
Total	720	557

5. Operações de crédito

a) Composição das Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Modalidade	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos	11.535	6.594
Cartão de Crédito	301	-
Partes Relacionadas (*)	62.381	-
Total	<u>74.217</u>	<u>6.594</u>

(*) Empréstimo concedido a parte relacionada - RecargaPay Instituição de Pagamentos, com taxa de remuneração atrelada a 100% CDI + 4%.

**RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
(anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Diversificação por prazos - por parcela

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Parcelas vencidas	10.323	4.660
Até 14 dias	265	395
De 15 a 30 dias	254	401
De 31 a 90 dias	2.428	1.346
De 91 a 180 dias	3.565	1.469
De 181 a 360 dias	3.812	1.049
Parcelas a vencer	63.894	1.934
A vencer - Até 03 meses	63.657	1.929
A vencer - De 03 a 06 meses	235	5
A vencer - De 06 a 12 meses	1	-
Total	74.217	6.594
Total circulante	74.217	6.594

c) Composição da carteira por níveis de risco

	<u>31/12/2024</u>							
	<u>% Provisão mínima requerida</u>	<u>% Provisão Aplicada</u>	<u>Op. vencidas</u>	<u>Op. a vencer</u>	<u>Total</u>	<u>Provisão mínima Requerida</u>	<u>Provisão Adicional</u>	<u>Provisão total</u>
AA	-	-	-	62.384	62.384	-	-	-
D	10%	15,00%	-	1.300	1.300	130	65	195
E	30%	49,99%	234	30	264	79	53	132
F	50%	69,99%	198	35	233	117	47	164
G	70%	99,99%	1.011	52	1.063	744	318	1.062
H	100%	100,00%	8.917	56	8.973	8.973	(5)	8.968
Total			10.360	63.857	74.217	10.043	478	10.521

**RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
(anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2023								
	% Provisão mínima requerida	% Provisão Aplicada	Op. vencidas	Op. a vencer	Total	Provisão mínima Requerida	Provisão Adicional	Provisão total
D	10%	15,00%	-	1.791	1.791	(179)	(90)	(269)
E	30%	49,99%	361	62	423	(127)	(84)	(211)
F	50%	69,99%	368	14	382	(191)	(76)	(267)
G	70%	99,99%	826	53	879	(615)	(264)	(879)
H	100%	100,00%	<u>3.105</u>	<u>14</u>	<u>3.119</u>	<u>(3.119)</u>	-	<u>(3.119)</u>
Total			<u>4.660</u>	<u>1.934</u>	<u>6.594</u>	<u>(4.231)</u>	<u>(514)</u>	<u>(4.745)</u>

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da carteira de contratos renegociados no período corresponde a R\$ 997 (dezembro/2023 – R\$ 45).

6. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(4.745)	(235)
(Constituição)/reversão de provisão	(9.577)	(4.530)
Subtotal	(14.322)	(4.765)
Baixas para prejuízo	3.802	20
Saldo final	(10.521)	(4.745)
Circulante	(10.521)	(4.745)

No ano de 2024 o total de contratos recuperados de prejuízo foi R\$ 182 (dezembro/2023 R\$ 0).

7. Outros ativos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a operações de crédito (1)	-	349
Total	-	349

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(1) Refere-se a adiantamento efetuado para a controladora, a fim de suprir os empréstimos realizados pelos clientes através da plataforma RecargaPay.

8. Ativos e obrigações fiscais

a) Impostos e contribuições a compensar

O saldo é composto por IRPJ e da CSLL de anos anteriores. São as antecipações dos pagamentos realizadas durante o ano calendário em relação aos valores encontrados no ajuste anual dos tributos e impostos e contribuições a compensar referentes impostos retidos na fonte na prestação de serviço, bem como créditos disponíveis para compensação federal, sem prazo limite.

	<u>30/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda	38	-
Contribuição social	21	-
Outros (1)	298	-
Total	357	-
Não circulante	357	-

(1) Pagamento a maior, a recuperar.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui prejuízos fiscais ou base negativa de contribuição social acumulados para contabilização.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ativos fiscais diferidos devido às diferenças temporárias relacionadas a perdas com créditos de liquidação duvidosa no exercício fiscal atual. Esses ativos foram contabilizados considerando expectativa de realização futura. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ativos fiscais diferidos devido a diferenças temporárias no exercício fiscal vigente, que não foram contabilizados por falta de um estudo que comprove a expectativa de utilização.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ	1.523	1.186
CSLL	914	712
Total	<u>2.437</u>	<u>1.898</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de diferenças temporárias é formado por:

Perdas esperadas com créditos inadimplidos (IFRS 9) para fins fiscais: R\$ 6.077

Outras provisões temporárias: R\$ 15

Com base na Lei nº 15.078, de 27 de dezembro de 2024, e na Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, a Companhia revisou os critérios para o reconhecimento de créditos fiscais relacionados a créditos inadimplidos, atualizando os valores de realização futura a valor presente conforme detalhado abaixo:

<u>Ano projetado</u>	<u>Valor projetado</u>	<u>Valor Presente</u>	<u>% de Realização</u>
2025	6	6	0%
2026	347	276	-20%
2027	347	246	-17%
2028	347	219	-16%
2029	347	174	-13%
2030 a 2033	1.043	469	-34%
	<u>2.437</u>	<u>1.390</u>	

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os ajustes foram realizados de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes, e os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com base na expectativa de realização futura, considerando o histórico da Companhia e projeções de resultados tributáveis.

c) Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ e CSLL a recolher	71	31
PIS/COFINS	65	36
IOF	168	9
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1	1
Impostos sobre Serviços - ISS	7	1
Total	<u>312</u>	<u>78</u>
Circulante	<u>312</u>	<u>78</u>
	<u>312</u>	<u>78</u>

**RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
(anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	IR	CS	IR	CS
Lucro antes dos impostos	3.474	3.474	1.082	1.082
Adições:				
Diferenças temporárias - Provisões de despesas	16	16	4.447	4.447
Diferenças temporárias - PECLD	2.504	2.504	-	-
Lucro real do exercício	5.994	5.994	4.357	4.357
Compensação Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa (30%)	-	-	(762)	(762)
Lucro Real após compensação de P. Fiscal	5.994	5.994	3.575	3.575
Alíquota do IRPJ - 15% somados a 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 para IR e 15% para CSLL (1)	25%	10%	25%	9%
IRPJ e CSLL corrente (2)	1.475	587	870	536

(1) Alteração da tributação de PJ Geral para Instituição financeira em 18.10.2024 devido a autorização do Bacen para operar como SCFI.

(2) Registro de lançamento na conta de Imposto Pago para adequar a alíquota da CSLL à correta taxa de 9%, substituindo a utilização anterior da taxa de 15%, o que gerou um impacto de R\$209.

9. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber de sociedade ligadas (Nota 14)	5.056	204
Devedores diversos no país (1)	-	405
Despesas antecipadas (2)	387	-
Total	5.443	609

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	5.443	609

(1) Referem-se a contratos de empréstimos liberados no último final de semana e registrados no próximo dia útil.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(²) Referem-se a despesas a apropriar relacionadas a comissão pagas na capação de CDBs..

10. Outras obrigações

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (¹)	3.063	158
Provisão para pagamentos a efetuar	76	207
Outras Obrigações (²)	635	-
Total	<u>3.774</u>	<u>365</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	3.774	365
	<u>3.774</u>	<u>365</u>

(¹) Custo compartilhado com a controladora refere-se à folha de pagamento, sendo o rateio realizado proporcionalmente ao tempo dedicado por cada empregado às atividades compartilhadas. Além disso, esse grupo inclui os repasses referentes às operações de créditos pendentes da SCFI para a IP, relacionados aos empréstimos concedidos pela SCFI, mas gerenciados pela IP na função de correspondente bancário.

(²) Dividendos a pagar controladora.

11. Valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não tinha passivos financeiros a serem mensurados.

	<u>31/12/2024</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Passivos financeiros				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	36.986	-	36.986
Certificados de Depósitos Interbancários - CDI	-	5.040	-	5.040
Total do Passivo	-	<u>42.026</u>	-	<u>42.026</u>

12. As transferências de entrada e saída da hierarquia do valor justo são analisadas ao final de cada demonstração financeira. **Depósitos**

**RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
(anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os depósitos a prazo, bem como os recursos provenientes de aceites e emissões de títulos, são registrados com base em seus valores iniciais, acrescidos dos juros e encargos financeiros acumulados até a data do balanço.

a. Composição dos depósitos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósito Interbancários (DI) ⁽¹⁾	5.040	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB) ⁽²⁾	36.986	-
Total	<u>42.026</u>	<u>-</u>
	<u>22.951</u>	<u>-</u>
Circulante		
Não circulante	19.075	-
Total	<u>42.026</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ Captação CDI com taxa de remuneração atrelada a 100% CDI+2,2%;

⁽²⁾ Captação CDB pós-fixados remunerados a taxa de 100% a 112% da taxa CDI.

b. Abertura por vencimento

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Depósito Interbancários (DI)	5.040	-	-	5.040
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	17.911	19.075	36.986
Total	<u>5.040</u>	<u>17.911</u>	<u>19.075</u>	<u>42.026</u>

c. Movimentação dos títulos emitidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>		
	<u>Total</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Depósito Interbancários (DI)	-	5.000	40	5.040
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	36.876	110	36.986
	<u>-</u>	<u>41.876</u>	<u>150</u>	<u>42.026</u>

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia foi constituída em 20 de outubro de 2020, autorizada pelo BACEN por decisão do Banco Central do Brasil, 08 de outubro de 2021 publicada no diário oficial e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021, com capital social de R\$ 1.500 dividido em 218.750 em ações preferenciais e 1.968.750 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de agosto de 2022, rerratificada em 25 de outubro de 2022, foi aprovado aumento de capital da Companhia no valor total de R\$ 3.000, mediante a emissão de 437.318 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda., em moeda corrente nacional, na data da AGE. O referido aumento está totalmente subscrito e integralizado e foi homologado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022.

Em 22 de novembro de 2022 o então controlador da RP SCFI transferiu o total (100%) de suas ações equivalentes a 1.969, sendo elas ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no valor de R\$ 468,90 (quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos) à RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda., através de contrato de cessão onerosa de transferência de ações, pelo valor de R\$ 468,90 (quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos) em moeda corrente nacional.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 3 de abril de 2024, foi aprovado aumento de capital da RP SCD no valor total de R\$ 6.000, mediante a emissão de 874.635 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram totalmente integralizadas pela RecargaPay Instituição de Pagamento Ltda., em moeda corrente nacional. O referido aumento está totalmente subscrito e integralizado e foi homologado pelo BACEN em 5 de abril de 2024.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 6 de novembro de 2024, foi aprovado um novo aumento de capital social no valor total de R\$ 14.000 (quatorze milhões de reais), passando de R\$ 10.501 (dez milhões, quinhentos mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos) para R\$ 24.501 (vinte e quatro milhões, quinhentos mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos). Este aumento de capital foi efetuado mediante a emissão de 2.040.816 (duas milhões, quarenta mil, oitocentas e dezesseis) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 6,86 (seis reais e oitenta e seis centavos) cada uma. Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda., mediante aporte de capital próprio em moeda corrente nacional, sendo recolhidos 100% do montante em títulos públicos federais. O referido aumento está totalmente subscrito e integralizado e foi homologado pelo BACEN em 6 de dezembro de 2024.

A distribuição das ações está representada conforme o quadro a seguir:

	31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	1.968.750	3.571.519	5.540.269
Total de ações	1.968.750	3.571.519	5.540.269
Total em Reais	469	24.500.000	24.500.469

	31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
RecargaPay Instituição de Pagamentos LTDA.	1.968.750	656.068	2.624.818
Total de ações	1.968.750	656.068	2.624.818
Total em Reais	469	4.500.000	4.500.469

a) Reserva legal

Do lucro líquido de cada exercício social, destinar-se a 5% para a reserva legal até atingir 20% do capital social ou o limite previsto no artigo 193, § 1, da Lei nº 6.404/76. Em dezembro de 2024, após compensação dos prejuízos acumulados, foi constituída reserva legal no valor de R\$ 134 (dezembro/2023 – R\$0)

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Como determinado pelo estatuto social da RP SCFI, a Companhia poderá levantar balanços semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta de lucros apurados ou reservas de lucros existentes nesses balanços. Por deliberação da Diretoria poderão também ser declarados e distribuídos dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei nº 6.404/76. A diretoria poderá determinar o montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, alterada pela Lei nº 9.430/96. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não destinou dividendos ou juros sobre capital próprio, em decorrência de prejuízos acumulados e, em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com o estatuto social e a legislação aplicável, foi aprovada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 635, com base no lucro líquido apurado no exercício.

c) Reserva para expansão

A reserva para expansão tem como objetivo reter parte dos lucros da instituição para financiar seu crescimento futuro, reduzindo a necessidade de captação de recursos externos. Sua constituição segue as normas da Lei nº 6.404/76 e é aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, após a destinação da reserva legal e a distribuição dos dividendos obrigatórios. Os valores acumulados são utilizados para investimentos na ampliação da atuação no mercado, desenvolvimento de novos produtos e melhoria dos serviços oferecidos. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.906, respeitando o limite máximo do capital social da instituição.

14. Partes relacionadas

A RP SCFI mantém transações em condições específicas com partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições e prazos definidos entre as partes considerando os tipos de transação, conforme demonstrado a seguir:

**RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
(anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Operações de crédito	62.381	331	-	-
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda. ⁽⁵⁾	62.381	331	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	349	-
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda. ⁽³⁾	-	-	349	-
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽¹⁾	5.056	296	204	-
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	144	-	204	-
RecargaPay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empréstimos I ⁽⁶⁾	4.912	296	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽²⁾	(3.063)	-	(158)	-
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	(3.063)	-	(158)	-
Despesas administrativas ⁽⁴⁾	-	(271)	-	(142)
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	-	(271)	-	(142)

⁽¹⁾ Refere-se a valores de operações de crédito recebidos dos clientes, por meio do aplicativo da RecargaPay, de direitos da RP SCD;

⁽²⁾ O custo compartilhado com a controladora refere-se à folha de pagamento, sendo o rateio realizado proporcionalmente ao tempo dedicado por cada empregado às atividades compartilhadas. Além disso, esse grupo inclui os repasses referentes às operações de créditos pendentes da SCFI para a IP, relacionados aos empréstimos concedidos pela SCFI, mas gerenciados pela IP na função de correspondente bancário.

⁽³⁾ Refere-se a adiantamento efetuado para a controladora, a fim de suprir os empréstimos realizados pelos clientes através da plataforma RecargaPay;

⁽⁴⁾ Refere-se a serviços de agente de liquidação, correspondente bancário e outros serviços prestados pela controladora;

⁽⁵⁾ Empréstimo concedido entre as empresas do Grupo, com taxa de 100% do CDI + 4%.;

⁽⁶⁾ Valores a receber referentes à operação de cessão de recebíveis sem retenção de riscos inerentes à operação.

Os administradores da Companhia também são administradores da controladora RecargaPay Instituição de Pagamentos, onde estão registrados para fins trabalhistas, fazendo jus à remuneração através desta.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Provisões, passivos e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024, a RP SCFI possui 2 processos cíveis classificados como perda possível, no total de R\$ 46 (dezembro/2023 – R\$ 1). Não há provisões registradas para contingências classificadas como perda remota ou provável.

Em 31 de dezembro de 2024, não existem depósitos em garantia, processos judiciais ou administrativos de natureza tributária, trabalhista classificados como provável, possível ou remoto.

16. Receitas da intermediação financeira

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	9.816	15.886	7.706
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	98	98	-
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	86	86	-
Total	10.000	16.070	7.706

17. Despesas de pessoal

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	322	668	1.501
Total	322	668	1.501

18. Despesas administrativas

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Serviços técnicos e especializados	68	129	172
Despesas de serviços de terceiros	278	346	141
Despesas de processamento de dados	84	162	92
Outras	24	38	9
Total	454	675	414

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Despesas tributárias

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	410	630	316
PIS	66	101	51
ISS	18	25	9
Outras despesas tributárias	2	4	-
Total	496	760	376

20. Outras despesas operacionais

	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Desconto em renegociação	1.367	1.671	-
Taxa de fiscalização de estabelecimento	-	4	7
Taxas e despesas bancárias	2	2	-
Outras	71	99	-
Total	1.440	1.776	7

21. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta forma, informamos que nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve registro de resultados não recorrentes na RP Financeira.

22. Gerenciamento de riscos e de capital

A Gestão de Riscos na RecargaPay é baseada na avaliação do risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A gestão de risco é realizada através de Políticas e procedimentos internos por meio da avaliação das exposições a riscos, tratamentos efetuados para mitigação e aos controles internos realizados pelas áreas responsáveis pelos processos com exposição a riscos. O Grupo RecargaPay tem implementado um Comitê Executivo de Riscos, composto pela Alta Administração do Grupo e todos os diretores estatutários para o monitoramento e decisões da gestão de riscos. Os mapeamentos e avaliações são realizados de forma contínua pela área de Riscos e Controles Internos e área de Riscos Financeiros. Nestas avaliações, destacam-se:

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento de riscos operacionais visa a prevenção e mitigação das seguintes falhas: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; d) práticas inadequadas relativas a usuários finais (clientes), produtos e serviços gerais e de pagamento; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da RecargaPay ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação e h) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do grupo RecargaPay.

O grupo RecargaPay possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade ao exigido na Res. BCB n° 265, responsável pela metodologia, políticas e procedimentos relacionados e relatório de gerenciamento de risco operacional.

Conforme a governança de gerenciamento de riscos, o monitoramento do Risco Operacional é realizado de forma contínua e integrada com as áreas de negócios e operacionais do grupo RecargaPay.

b) Risco de Crédito

O Risco de Crédito se materializa quando existe a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos compactuados. Toda a operação de crédito nasce com uma expectativa de remuneração do credor, que deve levar em consideração a possibilidade de deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, que é proporcional ao perfil de risco do mercado ao qual a operação de crédito está inserida, assim como as características do produto de crédito ofertado.

No ano de 2024, o grupo RecargaPay passou por uma importante mudança organizacional que impacta a estrutura de riscos exigível. A qualificação do grupo como segmento S4, implica em uma transição para um novo modelo de gestão de riscos. Somado a esse cenário, passam a

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

valer de forma integral em 2025, novos critérios contábeis (baseados nas diretrizes da IFRS9) para qualificação de ativos financeiros, sobretudo, no processo de provisionamento para devedores duvidosos.

Até o ano base de 2024, a estrutura de riscos era resguardada por meio da observância da Resolução BCB nº 201/22. Com as mudanças mencionadas, a Resolução BCB nº 4557/2017 passará a ser a nova referência de transição para uma estrutura de gestão de riscos de crédito de caráter contínuo e integrado.

Tendo em vista as normas contábeis aplicáveis, no que tange ao provisionamento, as regras da BCB nº 2.682/99, serão substituídas de acordo com a configuração do grupo, a Resolução BCB nº 352/23 sendo referência para as demonstrações financeiras da Instituição de Pagamento (IP) e a Resolução CMN nº 4966/2021 para as demonstrações financeiras da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI). Adotamos um modelo de perda esperada próprio, embasado em critérios contábeis do IFRS9 e Resolução BCB nº 4966/23, que permite a RecargaPay reconhecer percentuais de provisionamentos maiores do que os mínimos exigidos, tendo em vista entendimentos de negócio e conhecimento histórico da performance dos seus produtos de crédito.

c) Risco de Liquidez

É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Os procedimentos adotados pelo grupo RecargaPay estão descritos na Política de Gerenciamento de Riscos que define as diretrizes para a gestão efetiva do risco de liquidez, contemplando definição de processos, plano de contingência e atribuição de responsabilidades das áreas envolvidas.

O grupo RecargaPay utiliza instrumentos de controle de liquidez tais como as projeções dos fluxos financeiros, inclusive intradia, além de um caixa de segurança para controle de liquidez.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

A RecargaPay como Instituição de Pagamento mantém os recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em conta de pagamentos alocados em títulos públicos federais conforme regulação do Banco Central do Brasil.

As principais características da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do grupo RecargaPay encontram-se divulgadas no portal da RecargaPay.

d) Gestão de Capital

O processo de gerenciamento de capital do grupo RecargaPay preza pelo contínuo monitoramento e controle de capital, incluindo a avaliação da necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do conglomerado.

Os limites operacionais segundo o Acordo de Basileia, são apurados de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

O Conglomerado RecargaPay apura e visa manter, permanentemente, o requerimento mínimo de patrimônio do conglomerado conforme disposto pela Resolução BCB N° 201/2022. Sendo assim, a RecargaPay utiliza a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5).

Em 31 de dezembro de 2024, atingimos o índice de 26,62% contra 7,54% em 31 de dezembro de 2023, conforme observado abaixo.

Conglomerado Prudencial	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	154.651	40.705
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	580.910	540.035
Risco de crédito	284.332	256.517
Risco operacional	227.035	242.851
Risco de pagamento (RWA SP)	69.543	40.667
PR Mínimo Requerido	75.518	54.004
Margem PR	79.133	(13.299)
Índice de Basileia	26,62%	(7,54)%

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os limites operacionais segundo o Acordo de Basileia, são apurados de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

O Conglomerado RecargaPay apura e visa manter, permanentemente, o requerimento mínimo de patrimônio do conglomerado conforme disposto pela Resolução BCB Nº 201/2022. Sendo assim, a RecargaPay utiliza a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5).

23. Outras informações

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou a Resolução CMN nº 4.966, que estabelece novos critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como diretrizes para a designação e o reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma visa alinhar as práticas brasileiras ao padrão internacional IFRS 9, reduzindo assimetrias com regulações anteriores, como a Resolução nº 2.682/99, Resolução nº 3.533/08, Circular nº 3.068/01 e Circular nº 3.082/02. Em 2023, o BACEN complementou a norma com as Resoluções BCB nº 5.100 e BCB nº 352, detalhando aspectos específicos e fortalecendo os requisitos de implementação.

Principais Alterações e Impactos

a) Classificação de Ativos e Passivos Financeiros

A Resolução nº 4.966 altera a classificação dos ativos financeiros, que passam a ser enquadrados em três categorias principais:

- Mensurados ao Custo Amortizado;
- Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

As operações de créditos da SCFI foram classificadas ao custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21. A transição para esse modelo impactou o reconhecimento da Tarifa de Abertura de Cadastro (TAC), que passou a ser apropriada de forma proporcional ao prazo dos contratos, ajustando a curva de receitas financeiras da instituição.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Para passivos financeiros, a classificação entre custo amortizado e valor justo foi mantida, sem alterações significativas.

b) Contabilidade de Hedge

O novo arcabouço também redefine os critérios para designação e reconhecimento de relações de proteção. No entanto, a SCFI, no momento, não utiliza derivativos financeiros nem aplica contabilidade de hedge. A Companhia realiza avaliações periódicas para determinar a aplicabilidade futura, garantindo maior transparência quanto ao não uso atual e potenciais mudanças futuras.

c) Conceito de Stop Accrual e Ativos Problemáticos

A Resolução BCB nº 352 introduz o conceito de ativo problemático, determinando que o reconhecimento de receitas deve ser suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos;
- Evidências de que a obrigação não será integralmente honrada sem recorrer a garantias.

A SCFI adota uma abordagem conservadora, cessando o reconhecimento de receitas após 60 dias de atraso, mantendo consistência com sua política interna e, portanto, não tendo impacto na transição normativa.

O ativo deixará de ser problemático, ou seja, será “curado”, quando atingir percentuais mínimos estabelecidos de pagamento em relação ao saldo devedor.

d) Reconhecimento de Receitas e Custos de Transação

A instituição optou pela metodologia diferenciada para a apropriação de receitas e custos de transação com base na taxa de juros efetiva, que contempla:

- Apropriação de receitas pro rata temporis, com base na taxa de juros contratual original;
- Reconhecimento de custos de transação proporcionalmente às receitas contratuais.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Apenas a Tarifa de Abertura de Cadastro (TAC) foi identificada como elegível para essa metodologia. Adicionalmente, a instituição realiza análises recorrentes para verificar a elegibilidade de outros componentes, assegurando conformidade com a Resolução.

e) Modelo de Perdas de Crédito Esperadas

A partir de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 e as normas complementares entram em vigor, alterando o cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Até dezembro de 2024, a RecargaPay SCFI seguia os critérios da Resolução nº 2.682/99. Com o novo modelo de perdas esperadas, é eliminada a necessidade de um evento de perda para o reconhecimento de impairment, tornando o processo mais proativo e alinhado à gestão de risco. Apesar disso, a instituição sempre manteve um nível de provisão superior ao mínimo regulatório, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: comparação entre os percentuais mínimos de provisão e níveis de risco previstos na Res. 2.682 e os utilizados na política da RecargaPay até dezembro de 2024.

PDD	Res. 2.682		RecargaPay SCFI	
Dia de Atraso	Nível de Risco	%	Nível de Risco	%
0	AA	0,00%	D	15,00%
1 a 14	A	0,50%	E	49,99%
15 a 30	B	1,00%	F	69,99%
31 a 60	C	3,00%	G	99,99%
61 a 90	D	10,00%	H	100,00%
91 a 120	E	30,00%	H	100,00%
121 a 150	F	50,00%	H	100,00%
151 a 180	G	70,00%	H	100,00%
>180	H	100,00%	H	100,00%

Como integrante de um Conglomerado Prudencial Tipo 3 enquadrado no Segmento 4 (S4), a SCFI está elegível para utilizar a metodologia simplificada descrita na Resolução BCB nº 352/23. Todas as operações de crédito estão classificadas na Carteira 5 (C5), conforme o perfil de risco da carteira de operações de crédito.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

De acordo com a metodologia, as Instituições devem apurar valores mínimos de provisão estabelecidos para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos e complementarmente a provisão adicional para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Considera-se inadimplido o ativo com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos e perda incorrida um componente da perda esperada. Os percentuais que devem ser aplicados sobre o valor contábil bruto das operações estão relacionados na Tabela 2.

Tabela 2: percentuais mínimos dos componentes de perda incorrida e adicional conforme nível de risco C5:

Dias de atraso	Inadimplido		Não Inadimplido	
	Perna Incorrida	Perna adicional	Perda adicional ativo não problemático	Perda adicional ativo problemático
0	0,00%	0,00%	1,90%	53,40%
1 a 14	0,00%	0,00%	1,90%	53,40%
15 a 30	0,00%	0,00%	7,50%	53,40%
31 a 60	0,00%	0,00%	15,00%	53,40%
61 a 90	0,00%	0,00%	38,00%	53,40%
91 a 120	50,00%	3,40%	0,00%	0,00%
121 a 150	53,40%	3,40%	0,00%	0,00%
151 a 180	56,80%	3,40%	0,00%	0,00%

Dessa forma, a instituição desenvolveu um modelo interno para calcular perdas esperadas, compatível com os requisitos regulatórios e ajustado às características da carteira. O modelo considera:

- Segregação por produto e níveis de risco;
- Percentuais históricos de rolagem;
- Comparativo entre perdas esperadas e os componentes mínimos de provisão exigidos pelo BACEN.

Para o desenvolvimento do modelo de perda esperada, a RecargaPay utilizou a combinação dos percentuais estabelecidos pelo Banco Central e metodologia interna de perda esperada, conforme figura 1.

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Figura 1: estrutura conceitual utilizada para determinar o nível de provisão adequado em conformidade com as definições da Res. 352.

$$\text{PDD} = \text{Máx} \left[\text{Perda Esperada} \text{ e } \left(\text{Perda Incurrida} + \text{Adicional} \right) \right]$$

Sendo:

- Perda Esperada: calculada pelo modelo interno da instituição.
- Perda Incurrida: percentuais mínimos estabelecidos pelo Banco Central, calculada conforme descrito na Tabela 2.
- Perda Adicional: percentuais mínimos estabelecidos pelo Banco Central, calculada conforme descrito na Tabela 2.

Para a determinação do componente de Perda Esperada, utiliza-se uma estrutura de rolagem, compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.

A transição para a nova metodologia resultou em uma redução de 13,1% no valor provisionado e 10,9 pontos percentuais no índice de cobertura da carteira. Esse impacto reflete a maior precisão do modelo interno em relação ao perfil da carteira e ao mix de produtos.

Tabela abaixo, simulação de impacto no nível de provisão com a transição da metodologia de cálculo (Res. BCB 352/23 versus Res. CMN 2.682/99) utilizando como base a carteira de crédito de dezembro de 2024, considerando saldo de 0 a 180 dias, conforme novo período de baixa a prejuízo.

<u>Saldo carteira</u>	<u>Prov. Res. 2.682</u>	<u>Perda Esperada Res. 352</u>	<u>Varição</u>	<u>Provisão %</u>	<u>Res. 2.682</u>	<u>Res. 352</u>
7.411	6.158	5.351	-13,10%	Total	83,10%	72,20%

RP Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada RP Sociedade de Crédito Direto S.A.)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros serão baixados a prejuízo após 180 dias de atraso, considerando que todas as medidas de cobrança tenham sido esgotadas e que não haja expectativa de recuperação. Essa prática está alinhada à Resolução BCB nº 352/23 e reflete as estratégias da SCFI para gestão da carteira de crédito.

Considerações Finais

A transição para a Resolução CMN nº 4.966/21 e suas normas complementares representa um avanço na gestão contábil e de risco da SCFI. Apesar das mudanças, o impacto operacional foi reduzido graças à adoção prévia de práticas conservadoras. Observou-se uma redução no provisionamento de R\$ 6.158 para R\$ 5.351, correspondendo a uma variação de 13,10%. Além disso, com a alteração do prazo para reconhecimento da perda efetiva de 360 para 180 dias, houve uma baixa de R\$ 4.124 na carteira, refletindo de forma mais precisa a realidade econômica dos ativos financeiros da Instituição.

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4F0A0FD0-9899-4440-9895-1CE5336FDBAE

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: RPFINANCEIRASCFI24.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 43

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Rodrigo Carvalho

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

rodrigo.carvalho@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.204

Rastreamento de registros

Status: Original

28 de março de 2025 | 11:15

Portador: Rodrigo Carvalho

rodrigo.carvalho@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

28 de março de 2025 | 11:56

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Marcelo Luiz Teixeira Santos

ID: 042.802.187-57

Cargo do Signatário: Partner

marcelo.l.teixeira@pwc.com

Partner

PricewaterhouseCoopers

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

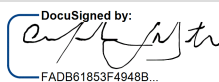
CPF do signatário: 04280218757

Cargo do Signatário: Partner

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 134.238.160.20

Registro de hora e data

Enviado: 28 de março de 2025 | 11:19

Visualizado: 28 de março de 2025 | 11:55

Assinado: 28 de março de 2025 | 11:56

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Rodrigo Carvalho

Copiado

Enviado: 28 de março de 2025 | 11:56

rodrigo.carvalho@pwc.com

Visualizado: 28 de março de 2025 | 11:56

Manager

Assinado: 28 de março de 2025 | 11:56

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	28 de março de 2025 11:19
------------------	------------------------	-----------------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	28 de março de 2025 11:55
---------------------	----------------------	-----------------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	28 de março de 2025 11:56
----------------------	----------------------	-----------------------------

Concluído	Segurança verificada	28 de março de 2025 11:56
-----------	----------------------	-----------------------------

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------